



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, DE 2019

Altera os arts. 107 e 110 e acresce o art. 110-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar reajuste anual do montante mínimo a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde em percentual superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, bem como para excluir esses recursos das restrições estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) (1º signatário), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, DE 2019

*A Comissão
de Constituição,
Justiça e Cidadania
mes.*

Em 22/05/19

W/K

Altera os arts. 107 e 110 e acresce o art. 110-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar reajuste anual do montante mínimo a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde em percentual superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, bem como para excluir esses recursos das restrições estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

“Art. 107.

.....

§ 6º
.....

V – recursos de que trata o § 2º do art. 198 da Constituição Federal.

.....” (NR)

Art. 2º O *caput* e o inciso I do art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 110. Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em manutenção e desenvolvimento do ensino equivalerão:

I – no exercício de 2017, às aplicações mínimas calculadas nos termos do *caput* do art. 212 da Constituição Federal; e

.....” (NR)

Recebido em 22/05/19
Hora: 19:21



SF/19757.66803-13

Página: 1/4 09/05/2019 16:03:48

57f083c0db1332b8f756ae001ae196d07b4e7d01

Art. 3º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 110-A:

“Art. 110-A. Na vigência do Novo Regime Fiscal, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde equivalerão:

I – no exercício do ano subsequente à publicação desta Emenda Constitucional, às aplicações mínimas calculadas nos termos do inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição Federal; e

II – nos exercícios posteriores, aos valores calculados para as aplicações mínimas do exercício imediatamente anterior, corrigidos na forma estabelecida pelo inciso II do § 1º do art. 107 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescidos de um ponto percentual a cada ano.”

Art. 4º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os gastos com saúde, que representavam 3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, em 1948, passaram para 8,7%, em 2004, e 10%, em 2016.

Nesse contexto de grande incremento das despesas mundiais com saúde, o Brasil, em termos de percentual do PIB, gasta uma quantia próxima à de países desenvolvidos que contam com sistemas universais de saúde.

No entanto, diferentemente do que ocorre naqueles países, onde a maior parte das despesas com saúde é paga com recursos públicos, estima-se que, no Brasil, mais da metade dos gastos são suportados por empresas, famílias e indivíduos.

De fato, o percentual de gasto público com saúde no Brasil nos aproxima do modelo mais liberal adotado por países como Estados Unidos da América e Chile. Tal valor é bem inferior ao da maioria dos países desenvolvidos.

Essa estrutura de financiamento da saúde no País não condiz com um modelo de sistema público de saúde que se pretende universal e gratuito.



SF/19757.66803-13

Página: 2/4 09/05/2019 16:03:48

57f083c0db1332b8f756ae001ae196d07b4e7d01



Assim, o objetivo da presente Emenda à Constituição é proporcionar um crescimento paulatino do volume de recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, no âmbito do orçamento da União, mesmo durante a vigência do Novo Regime Fiscal. Dessa forma, pretende-se contrabalançar os efeitos do crescimento e envelhecimento populacionais sobre a demanda por ações e serviços de saúde no País, ainda que seja mantido o “teto de gastos públicos”.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU

1.	
2. Carlos Jiana	
3. ALESSANDRO VIEIRA	
4. WELTON	
5. Sela Sauer	
6. Stevenson Valentin	
7. Eduardo Geron	
8. REGUFFE	
9. Nailza Gomes	
10. Paulo B. F. F.	
11. KASIER	
12. Jucza Silveira	
13. WICKS ASSUNTO	
14. Celsoziano	
15. Telmário	



SF/19757.66803-13

Página: 3/4 09/05/2019 16:03:48

57f083c0db1332b8f756ae001ae196d07b4e7d01



Altera os arts. 107 e 110 e acresce o art. 110-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar reajuste anual do montante mínimo a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde em percentual superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, bem como para excluir esses recursos das restrições estabelecidas pelo Novo Regime Fiscal.

16.	BTT / Alvar	Alvar
17.	Adriano Dias	Adriano Dias
18.	Zequinha Marinho	Zequinha Marinho
19.	E. AMIN	E. AMIN
20.	Roberto Cornejo	Roberto Cornejo
21.	Roberto Cornejo	Roberto Cornejo
22.		
23.	Plínio Valério	Plínio Valério
24.	Artur Américo	Artur Américo
25.	JACQUES WAGNER	JACQUES WAGNER
26.	Humberto Costa	Humberto Costa
27.	Paulo R. Fery	Paulo R. Fery
28.	Paulo R. Fery	Paulo R. Fery
29.	Roberto Cornejo	Roberto Cornejo
30.	Flávio Viana	Flávio Viana
31.	Rosa de Freitas	Rosa de Freitas
32.	Roberto Cornejo	Roberto Cornejo
33.	Eduardo Férre	Eduardo Férre



SF/19757.66803-13

Página: 4/4 09/05/2019 16:03:48

57f083c0db1332b8f756ae001ae196d07b4e7d01



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>

- parágrafo 6º do artigo 107

- artigo 110

- inciso I do artigo 110

- [Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- parágrafo 2º do artigo 198

- inciso I do parágrafo 2º do artigo 198

- artigo 212